

PROPOSTAS PARA UM

Rio Grande

MAIS COOPERATIVO

2027/2030

somoscoop»



Sistema**Ocergs**

OCERGS | SESCOOP/RS | ESCOOP

representa**coop**

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Sistema Ocergs, com suas 375 cooperativas registradas, responde por 14% do PIB do Rio Grande do Sul. Diante do contexto atual, o cooperativismo gaúcho demanda medidas concretas do poder público estadual, em parceria com o sistema cooperativo.

Esta agenda institucional orienta a atuação do Sistema Ocergs e consolida um espaço permanente de diálogo para construir soluções estruturantes e emergenciais voltadas à retomada do desenvolvimento econômico, social e produtivo do Estado.

O cooperativismo gera emprego, renda e inclusão produtiva, sustentando cadeias essenciais para a segurança alimentar, o equilíbrio regional e a sustentabilidade.

Em um cenário de elevada complexidade, eventos climáticos extremos recorrentes, aumento de custos, restrição de crédito, endividamento e perda de competitividade, o setor enfrenta riscos crescentes para atividades estratégicas no Estado.

Por este motivo, torna-se prioritário: políticas públicas permanentes, apoio às cadeias produtivas impactadas, investimentos em infraestrutura e logística e segurança jurídica e regulatória, com o aperfeiçoamento do marco legal e respeito às especificidades do modelo cooperativo.

As cooperativas do Rio Grande do Sul reafirmam seu compromisso com todas as cadeias produtivas relacionadas ao Sistema cooperativo, a manutenção do emprego, o desenvolvimento das comunidades locais e a transição sustentável do Estado.

Estamos à disposição para fazer parte dos programas de governo e plataformas futuras de políticas públicas e contamos com o apoio das iniciativas que beneficiem o cooperativismo e toda a sociedade gaúcha.

Darci Pedro Hartmann

Presidente do Sistema Ocergs

UMA AGENDA ESTRATÉGICA DO COOPERATIVISMO PARA QUEM VAI GOVERNAR O RIO GRANDE DO SUL

O cooperativismo gaúcho congrega 4,3 milhões de cooperados, isso significa 38% da população de nosso estado, um contingente que contribui diretamente para a geração de renda, inclusão econômica, social e desenvolvimento do nosso Estado.

Presente em 100% dos municípios, o cooperativismo vem aumentando significativamente ano após ano. Essa performance é resultado de um trabalho integrado, sistêmico de fortalecimento institucional, o que dá condições de ampliar a participação no mercado, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e do Rio Grande do Sul.

Este documento integra os dados do cooperativismo gaúcho apresentados no relatório Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2026 (ano-base 2025) às propostas estruturantes da Agenda Institucional do Cooperativismo Gaúcho 2026, consolidando uma visão estratégica para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul no período.

O cooperativismo contribui para a reconstrução econômica, social e produtiva do Rio Grande do Sul, fortalecendo políticas públicas voltadas à competitividade, inovação, sustentabilidade, inclusão produtiva e desenvolvimento regional. E o Sistema Ocergs se coloca, desde já, à disposição para construir essa agenda para um Rio Grande do Sul cada vez mais cooperativo.

Propostas

Trata-se de uma agenda de desenvolvimento do estado, construída a partir da experiência prática das cooperativas. Ao estruturar essas propostas, o cooperativismo gaúcho se coloca à disposição para contribuir de forma ativa na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas.

ESTRATÉGIAS DO COOPERATIVISMO PARA O RIO GRANDE DO SUL

Os eixos a seguir indicam as prioridades historicamente defendidas pelo cooperativismo gaúcho, destacando seu papel no desenvolvimento econômico sustentável, na geração de renda, no fortalecimento das comunidades e na ampliação dos serviços essenciais.

ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Participação do Sistema Ocergs na formulação de políticas públicas

Assegurar o papel do Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Ocergs) como órgão técnico consultivo do governo e representante estadual do segmento em todos os fóruns e instâncias de interesse de todos os ramos do cooperativismo.

COOPERATIVISMO COMO MODELO ECONÔMICO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Que o executivo estadual, por meio dos agentes financeiros vinculados (Banrisul, BRDE, Badesul), crie linhas de crédito que atendam todos os ramos do cooperativismo, garantindo recursos e taxas de juros compatíveis com o retorno de cada segmento, estimulando o fomento e desenvolvimento das cooperativas;

Fortalecer a inclusão financeira e o desenvolvimento regional por intermédio das cooperativas de crédito como um dos atores estratégicos nas políticas públicas voltadas ao agro, saúde, infraestrutura, aos micro e pequenos negócios, a exemplo do Pronampe;

Estruturar parcerias público-privadas (PPPs), ampliando o reconhecimento da iniciativa privada e, em especial, das cooperativas de saúde, como alternativas viáveis para ampliar o acesso da população gaúcha aos serviços de saúde nos níveis primário, secundário e terciário.

Desenvolver programa de energia e conectividade de qualidade, no campo e nas cidades, com ganho de escala na produção de energia renovável por meio de políticas públicas que incentivem o crescimento das cooperativas de energia renovável, como hídrica e solar.

INDICADORES FINANCEIROS DO COOPERATIVISMO

ano-base 2025



R\$ 103 bi
de ingressos



R\$ 45 bi
de patrimônio líquido



R\$ 248 bi
de ativos

COOPERATIVAS

COOPERADOS

EMPREGOS



Agropesquário

94

272.519

40.871



Crédito

91

3.460.490

20.915



Infraestrutura

29

592.098

2.819



Saúde

51

28.553

14.746



Transporte

71

12.648

483



Trabalho, Produção de
Bens e Serviços

34

9.441

615



Consumo

5

757

2

375

4.376.506

80.451

PROPOSTAS PARA UM

Rio Grande

MAIS COOPERATIVO

Ramo **AGROPECUÁRIO**



PROPOSTAS PARA UM *Rio Grande* **MAIS COOPERATIVO**

Fundo de apoio aos efeitos climáticos

Proposta

Criação de um fundo específico para apoiar o setor em momentos críticos causados por desastres climáticos, como secas e enchentes, que frequentemente geram impactos e prejuízos significativos, bem como criar um fundo constitucional para a região sul.

Programa de renegociação de dívidas de cooperativas e associados

Proposta

Implementação de programas efetivos de renegociação das dívidas de cooperativas e associados, considerando as perdas significativas e aumento de endividamento por eventos climáticos e crises de mercado.

Incentivo ao Consumo de Suco de Uva - Lei nº 13.247/2009

Proposta

Estimular o consumo de suco de uva por meio do cumprimento da Lei nº 13.247/2009, garantindo sua oferta na merenda escolar, e articular a criação de um novo Projeto de Lei para incluir o suco de uva entre os itens essenciais da cesta básica gaúcha.

Linha de crédito permanente para a aquisição de insumos, maquinário agrícola e sistemas de irrigação

Proposta

Criar instrumentos de apoio para a aquisição de insumos, maquinário agrícola e sistemas de irrigação, por meio de uma linha de crédito permanente com juros subsidiados, nos moldes dos incentivos concedidos a outras categorias, como os taxistas. A proposta busca ampliar o acesso a investimentos essenciais para a produção de alimentos, tomando como referência políticas já adotadas em estados como Paraná e Santa Catarina, além de iniciativas existentes no Rio Grande do Sul, como o Programa Bônus Mais Leite (SDR) e os programas de irrigação da Secretaria da Agricultura.

Política estadual de seguros agrícolas para enfrentar catástrofes climáticas no RS

Proposta

Desenvolver uma política estadual de seguro agrícola voltada à proteção dos produtores diante de eventos climáticos extremos, complementando os mecanismos já previstos no Plano Safra. A proposta busca ampliar a disponibilidade de recursos subvencionados para o seguro rural, fortalecendo a capacidade de resposta do setor frente às recorrentes catástrofes climáticas no Rio Grande do Sul.

Prazos de amortização e carência alinhados aos ciclos produtivos do Estado

Proposta

Adequar os prazos de financiamento às características e aos ciclos produtivos do Rio Grande do Sul, garantindo condições mais compatíveis com a realidade das atividades agropecuárias e maior segurança para o planejamento e a sustentabilidade dos produtores.

Políticas públicas de estímulo à agregação de valor, industrialização e acesso a mercados

Proposta

A baixa agregação de valor limita a competitividade e o acesso a novos mercados. Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de políticas públicas de estímulo à agregação de valor, à industrialização da produção e à ampliação do acesso a mercados.

Defesa da vitivinicultura gaúcha no acordo Mercosul-UE

Proposta

O acordo entre Mercosul e União Europeia pode gerar risco de perda de competitividade para os produtores de vinho do Rio Grande do Sul frente ao mercado europeu. Propõe-se a criação de uma política inteligente de defesa do setor, com foco na prevenção de prejuízos adicionais. Essa estratégia inclui monitoramento contínuo da entrada de vinhos europeus no país (preços, volumes e impactos sobre o emprego), uso de cláusulas de salvaguarda em caso de dano grave comprovado, e aplicação de defesa sanitária e técnica rigorosa, sem discriminação. Também prevê a não aceitação de medidas contenciosas nas áreas trabalhista e ambiental, além da adoção de medidas internas, em nível federal e estadual, para reduzir assimetrias competitivas e proteger a cadeia produtiva do vinho brasileiro. Por fim, contempla uma estratégia ativa de promoção das exportações de produtos gaúchos para o mercado europeu.

Estímulo à agricultura familiar e ao cooperativismo

Proposta

Garantir na Lei Orçamentária Anual a continuidade das políticas de compras pelo Estado direto da agricultura familiar, fortalecendo os programas PNAE e PAA e das demais modalidades da contratação pública.

Fomento à pesquisa agropecuária do RS

Proposta

Elevar os níveis de investimento público em pesquisa agropecuária em parceria com o Sistema Cooperativista, com propósito de maior desenvolvimento, sustentabilidade e competitividade ao setor agropecuário gaúcho.

Incentivo à produção e a competitividade

Proposta

Criar mecanismos de incentivo semelhante ao Programa FUNDOPEM RS, a partir da entrada em vigor da Reforma Tributária.

Pagamento por serviços ambientais

Proposta

Fomentar a política estadual de pagamento por serviços ambientais, com o devido reconhecimento do fomento às iniciativas de preservação e recuperação ambiental realizadas pelos produtores rurais e suas cooperativas.



Ramo **CRÉDITO**

PROPOSTAS PARA UM *Rio Grande* **MAIS COOPERATIVO**

Incluir disciplinas de cooperativismo e educação financeira no currículo escolar

Proposta

A educação financeira ainda possui pouco espaço no currículo escolar. Propõe-se a inclusão de conteúdos e disciplinas de cooperativismo e educação financeira no ambiente escolar e estímulo de parcerias entre cooperativas de crédito e sistema educacional.

Licenciamento ambiental para a irrigação

Proposta

Agilidade e desburocratização na liberação do licenciamento ambiental para a liberação de financiamento pelas cooperativas do crédito, conforme anunciado em programa recente do Governo do Estado.

Crédito consignado para servidores públicos

Proposta

Incluir as cooperativas de crédito na liberação de crédito consignado para o servidor público.

Ramo **INFRAESTRUTURA**



Tornar permanente o programa Energia Forte no Campo

Proposta

Tornar permanente o programa Energia Forte no Campo, ampliar em 50% os recursos destinados ao programa e criar incentivos para cooperativas que fornecem internet (com ajustes na legislação tributária), para suprir a falta de acesso à energia trifásica e internet em áreas rurais e remotas onde empresas privadas não chegam.

Investimento em infraestrutura e logística viária, conectividade e logística rural

Proposta

As deficiências logísticas e de conectividade elevam os custos e reduzem a eficiência produtiva. Nesse sentido, propõe-se o investimento em infraestrutura viária, conectividade digital e logística rural.

Proporcionar a oferta de energia elétrica de qualidade no RS

Proposta

Reconhecer e fomentar o papel das cooperativas de distribuição e geração de energia elétrica no Estado, contemplando normativos mais eficientes para garantir o fornecimento adequado de energia.



Promover parcerias público-privadas entre cooperativas do ramo saúde e secretarias de saúde nas esferas estadual e municipal

Proposta

Ampliar a capilaridade dos serviços de saúde, evitar investimentos duplicados e otimizar recursos tanto para o poder público quanto para as cooperativas. Propõe-se a promoção de parcerias público-privadas entre cooperativas do ramo da saúde e as secretarias de saúde das esferas estadual e municipal.

Atendimento médico e odontológico preventivos nas redes de ensino estadual e municipal

Proposta

Criar uma política de atendimento médico e odontológico preventivos nas redes de ensino estadual e municipal. O diagnóstico precoce contribui para a redução de custos futuros nos sistemas de saúde, melhora a qualidade de vida dos estudantes e previne o desenvolvimento de doenças desde a infância.

Planos de cargos e salários para manter profissionais de saúde no interior

Proposta

Criar planos de cargos e salários para manter profissionais de saúde no interior, a exemplo de políticas já existentes para fiscais de trabalho e profissionais da Defesa Vegetal e Animal, entre outros. A ausência de planos de carreira dificulta a fixação desses profissionais em regiões mais afastadas, encarece os serviços de saúde e limita a capacidade de atendimento nas localidades mais remotas.

Saúde Suplementar

Proposta

Atuação das cooperativas em parceria com o poder público estadual no atendimento aos serviços básicos de saúde.



Ramo **TRANSPORTE**

Reduzir a demora na emissão de licenças no RS

Proposta

Reduzir a demora na emissão de licenças de trânsito para cargas pesadas no Rio Grande do Sul e equiparar os valores cobrados aos demais estados. Atualmente, o custo praticado no RS corresponde a aproximadamente o dobro do observado em estados vizinhos.

Investimento em infraestrutura e logística viária, conectividade e logística rural

Proposta

Investir em infraestrutura e logística viária, conectividade e logística rural, de forma a reduzir as deficiências existentes nessas áreas. Essas limitações elevam os custos de produção e escoamento e comprometem a eficiência produtiva do setor.

Logística e escoamento da produção

Proposta

implementação de políticas públicas para o fomento do setor portuário, rodoviário e de transporte cooperativo.

Ramo



**TRABALHO,
PRODUÇÃO DE
BENS E SERVIÇOS**

Corrigir restrições da Súmula 281

Proposta

Corrigir as restrições da Súmula 281 e ampliar a participação das cooperativas em licitações municipais e estaduais, com apoio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional do Rio Grande do Sul, combatendo o elevado custo do INSS, incluindo o desconto de 20% aplicado ao setor, que gera forte impacto financeiro para os associados.

Direcionar recursos do Estado para programas de qualificação profissional

Proposta

Direcionar recursos do Estado para programas de qualificação profissional voltados à atuação nos ramos do cooperativismo. A medida busca suprir a necessidade de qualificação da mão de obra, de modo a manter e ampliar a competitividade das cooperativas.

Segurança jurídica, previsibilidade regulatória e respeito às especificidades do modelo de negócio

Proposta

Garantir segurança jurídica, previsibilidade regulatória e respeito às especificidades do modelo de negócio cooperativo na prestação de serviços para o poder público, diante da falta de previsibilidade regulatória que compromete a estabilidade do modelo cooperativo.

Educação e ensino para a formação de cidadãos

Proposta

Implementar a disciplina de cooperativismo na rede de educação do Estado, desde a educação básica até a formação técnica profissional.

Todos OS RAMOS



PROPOSTAS PARA UM

Rio Grande

MAIS COOPERATIVO

Fortalecimento das frentes parlamentares do cooperativismo

Proposta

Realização de agendas trimestrais entre Sistema Ocergs e deputados integrantes da Frencoop-RS, além de agendas extraordinárias quando necessário.

Priorizar a gestão do orçamento no Executivo

Proposta

Orçamentos precisam ser estrategicamente planejados, com recursos direcionados, sem dependência de emendas parlamentares

Comissão permanente do cooperativismo na Assembleia Legislativa

Proposta

Criar comissão permanente do cooperativismo na Assembleia Legislativa, a exemplo das demais comissões, como economia e educação.

Processo permanente de avaliação das condições dos rios

Proposta

Implementar um processo permanente de avaliação das condições dos rios e de ações de desassoreamento, com dotação orçamentária, para reduzir riscos e ampliar a produção agropecuária. A medida busca enfrentar os impactos do assoreamento dos rios, que reduz a disponibilidade de água para irrigação e abastecimento, aumenta os riscos de enchentes e prejudica a produção e a logística das cooperativas.

Linhas de crédito específicas para cooperativas

Proposta

Ampliar e adequar as linhas de crédito específicas para cooperativas de todos os ramos, diante do acesso ainda limitado e da pouca adaptação às especificidades econômicas das cooperativas gaúchas.

Linhas com taxas de juros compatíveis com a capacidade de pagamento do setor

Proposta

Estabelecer linhas de crédito com taxas de juros compatíveis com a capacidade de pagamento do setor, diante de condições financeiras que atualmente não refletem a realidade do cooperativismo.

Fortalecimento das políticas públicas para o cooperativismo

Proposta

Implementar políticas públicas permanentes para o setor cooperativo e ativar os programas destinados ao cooperativismo gaúcho já previstos na legislação estadual, diante da falta de continuidade e da efetiva aplicação das políticas públicas existentes.

Cooperativismo como instrumento de desenvolvimento

Proposta

Reconhecer o cooperativismo como instrumento estratégico de política pública e promover sua inserção nos programas de desenvolvimento econômico, social, local e regional, diante da limitada participação do setor nas iniciativas oficiais de desenvolvimento.

Apoio às cadeias produtivas estratégicas do cooperativismo

Proposta

Apoiar as cadeias produtivas estratégicas de todos os ramos do cooperativismo, por meio de medidas emergenciais e estruturantes voltadas a setores como leite, grãos, proteína animal, agroindústrias cooperativas, serviços, trabalho, educação, infraestrutura, saúde e transporte, entre outros. A proposta busca ampliar o apoio a cadeias produtivas estratégicas que enfrentam restrições de competitividade e foram fortemente impactadas por eventos climáticos.

Diálogo permanente entre governo e cooperativismo

Proposta

Ampliar e facilitar canais de diálogo permanente entre o governo do Estado e o sistema cooperativo do Rio Grande do Sul, considerando que a insegurança jurídica e as lacunas regulatórias afetam o planejamento e os investimentos das cooperativas.

Participação do cooperativismo na governança ambiental

Proposta

Garantir uma cadeira para o cooperativismo no Conselho Estadual do Meio Ambiente, considerando os impactos das decisões do colegiado sobre agropecuária, infraestrutura, energia, licenciamento e investimentos, diante da ausência do cooperativismo no conselho, que limita a participação do setor em decisões estratégicas.

Visão **DE FUTURO**

O cooperativismo gaúcho possui capacidade concreta de liderar uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para o Rio Grande do Sul. Com presença territorial ampla, governança democrática, forte impacto econômico e compromisso social, as cooperativas são agentes estratégicos para a reconstrução resiliente do Estado, geração de emprego e renda, inclusão produtiva e modernização econômica.

As propostas apresentadas neste documento consolidam uma agenda integrada para que, entre 2027 e 2030, o Rio Grande do Sul avance rumo a um modelo de desenvolvimento mais competitivo, inovador, sustentável e cooperativo.



somoscoop»

representacoop



sistemaocergs

somoscooperativismo-rs.coop.br